

EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: AS CARACTERÍSTICAS DE UMA FAMÍLIA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SANTANA, AMAPÁ, BRASIL

*Ronaldo Oliveira dos Santos¹
Rubiene Neto Soares
Fernando Galvão Rabelo
Jadson Coelho de Abreu*

RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar a realidade da agricultura familiar na perspectiva de uma família agrícola na comunidade tradicional da Ilha de Santana no município de Santana-AP, visando ampliar as informações no âmbito da discussão do papel da extensão rural para as comunidades rurais, bem como da importância da agricultura familiar dentro do contexto socioeconômico. Para este estudo, foram realizadas visitas a uma família de agricultores rurais que trabalham com a produção de polpas de frutas. A metodologia de pesquisa foi qualitativa e os dados foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas com os produtores rurais da família para verificar a percepção destes sobre a extensão rural e sua importância, bem como registrar as dificuldades por eles enfrentadas para desenvolvimento da agricultura familiar no campo. Os principais resultados permitiram identificar que a família em questão não possui a assistência técnica e extensão rural (ATER), em virtude da falta de políticas públicas pelo poder público local e pela má gestão do atual presidente da cooperativada na Ilha de Santana. Foi observado que o modo de produção é rudimentar, caracterizado por várias dificuldades desde cultivo, passando pelo beneficiamento até o escoamento. De modo geral, foi possível observar que a agricultura familiar ainda é tratada de maneira irrisória no estado do Amapá, sendo preciso que haja mais atuação por parte dos órgãos responsáveis por meio de políticas públicas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar para melhoria na qualidade de vida desses pequenos produtores rurais.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Agricultores familiares. ATER.

RURAL EXTENSION IN FAMILY AGRICULTURE: THE CHARACTERISTICS OF A RURAL FAMILY IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA, AMAPÁ, BRAZIL

ABSTRACT

The study aimed to analyze the reality of family farming in the context of an agricultural family in the traditional community of Santana Island in the municipality of Santana-AP, aiming to expand the information in the context of the discussion of the role of rural extension to rural communities, as well as the importance of family farming within the

¹ Bacharel em Engenharia Florestal pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP - 2017). Têm experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal. Contato: santos.ueap@hotmail.com

socioeconomic context. For this study, visits were conducted to a family of rural farmers who work with the production of fruit pulps. The research methodology was qualitative and the data was obtained through semi-structured interviews with family farmers to check their perception on the rural extension and its importance, as well as record the difficulties they faced in developing family agriculture in the countryside. The main results showed that the family in question does not have the technical assistance of agricultural extension (ATER) due to the lack of public policies by the local government and mismanagement of the current president of the farmers' cooperative in Santana's Isle. It was observed that the production mode is rudimentary, characterized by many difficulties ranging from cultivation to the outflow of production. On the overall it was observed that family farming is still treated in a derisive way in the state of Amapá requiring more action by the responsible agency through public policies that allow the development of family agriculture to improve the quality of life of these small farmers.

Keywords: Local development. Family farmers. ATER.

EXTENSIÓN RURAL EN LA AGRICULTURA FAMILIAR: LAS CARACTERÍSTICAS DE UNA FAMILIA AGRÍCOLA EN EL MUNICIPIO DE SANTANA, AMAPÁ, BRASIL

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar la realidad de la agricultura familiar en la perspectiva de una familia agrícola en la comunidad tradicional de la Isla de Santana en el municipio de Santana-AP, con el objetivo de ampliar las informaciones en el marco de la discusión del papel de la extensión rural para las comunidades rurales, así como de la importancia de la agricultura familiar dentro del contexto socioeconómico. Para este estudio, se realizaron visitas a una familia de agricultores rurales que trabajan con la producción de pulpas. La metodología de investigación fue cualitativa y los datos fueron obtenidos a través de entrevistas semiestructuradas con los productores rurales de la familia para verificar la percepción de éstos sobre la extensión rural y su importancia, así como registrar las dificultades por ellos enfrentadas para el desarrollo de la agricultura familiar en el país campo. Los principales resultados permitieron identificar que la familia en cuestión no posee la asistencia técnica de extensión rural (ATER), en virtud de la falta de políticas públicas por el poder público local y por la mala gestión del actual presidente de la cooperativada en la Isla de Santana. Se observó que el modo producción es rudimentario, caracterizado por varias dificultades desde cultivo pasando por el beneficiamiento hasta el flujo. En general, fue posible observar que la agricultura familiar todavía es tratada de manera irrisoria en el estado de Amapá, siendo necesario que haya más actuación por parte de los órganos responsables por medio de políticas públicas que permitan el desarrollo de la agricultura familiar para mejoría en la calidad de vida de estos pequeños productores rurales.

Palabras clave: Desarrollo local, Agricultores familiares, ATER.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar recebe destaque no cenário brasileiro, principalmente por ser lembrada pela capacidade de absorção de mão de obra e pela produção de alimentos, sobretudo para o autoconsumo e para o abastecimento do mercado interno. Entretanto, é necessário destacar que, além de colaborar para a redução do êxodo rural e constituir principal fonte de recursos financeiros para as famílias de menor renda no campo, a agricultura familiar contribui, de forma expressiva, para a geração da riqueza do país ([GUILHOTO et al., 2012](#)).

As dificuldades ainda vivenciadas pelo agricultor familiar no meio rural brasileiro reafirmam a importância da extensão, estimulando a atualidade do debate em torno das políticas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) tanto nas universidades, como em órgãos públicos, privados e ONGs. Nessa perspectiva, faz parte dos princípios da extensão rural uma série de atividades informais, desenvolvidas pelos centros de pesquisas voltadas às transformações do sistema produtivo-econômico e social do meio rural ([LIMA, 2006](#)). Nesses termos, percebe-se que a falta de estudos sobre a extensão rural nas comunidades tradicionais na região norte do país, principalmente no estado do Amapá, pode ser um dos fatores que contribui para as dificuldades no desenvolvimento social, econômico e produtivo das mesmas. Um dos fatores que pode estar atrelado a isto é a falta de acessibilidade da comunidade a tais conhecimentos, assim como, a ausência de políticas públicas que viabilizem as ações do extensionista nas localidades tradicionais.

Diante do atual cenário de descaso com as famílias que vivem à base da agricultura familiar verifica-se a necessidade de intervenção de ações voltadas a atender essas comunidades com o propósito de lhes fornecer suporte técnico para melhoria da sua produtividade e qualidade de vida. No sentido de mudar essa realidade, a Extensão Rural (ER) apresenta-se como uma alternativa por utilizar de processo educacional, proporcionando o intercâmbio do produtor rural com o extensionista. Sendo assim, a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi desenvolvida pelo governo federal com o intuito de representar a “mão” do Estado por todas as zonas rurais do país. Por meio dela é que o agricultor familiar tem como garantir o melhor emprego do crédito, a otimização da produção agrícola, a garantia de renda, a viabilização de programas, como o do biodiesel e da alimentação escolar, a segurança alimentar da população brasileira e a conservação dos recursos naturais ([SIMÕES, 2015](#)).

A extensão rural é uma ferramenta de caráter educativo e transformador a qual se fundamenta em metodologias de aprendizagem e ação participativa, permitindo que tanto o agricultor quanto o extensionista possam refletir e atuar sobre a sua realidade, tendo como base os princípios da sustentabilidade, isto é, os aspectos: social, ambiental e econômico focalizadas na agricultura familiar e no meio rural. Entretanto, percebe-se que na realidade da vasta extensão territorial do país existem comunidades rurais que acabam não sendo beneficiadas pela Pnater, em virtude da sua localização geográfica (em áreas de difícil acesso) e/ou pelo próprio desconhecimento dessa Política pelos seus agricultores, em razão da falta de acesso as informações. Além disso, ressalta-se que as desigualdades regionais também é um dos fatores que contribui para o não desenvolvimento agrícola nas comunidades tradicionais, principalmente no que concerne o acesso à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

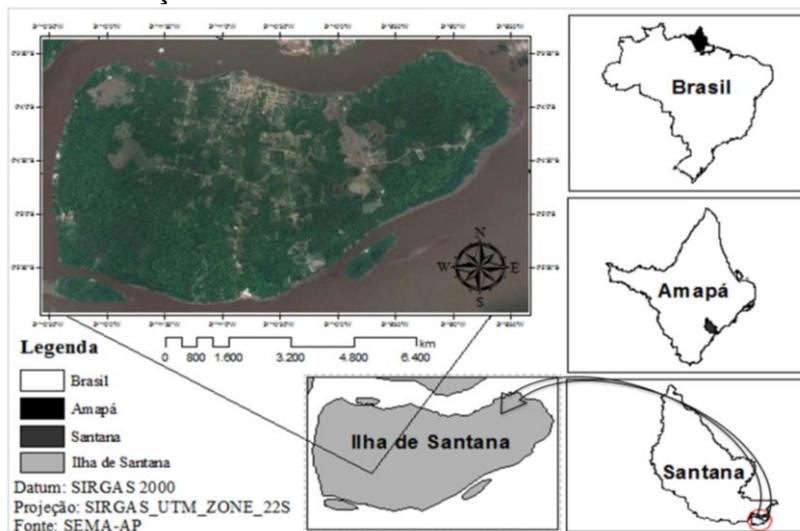
Diante desse cenário, o cooperativismo dentro da concepção de diversos autores torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados na contribuição de renda na unidade agrícola, pela facilidade de inserção e participação mais ativa na economia ([ANDRADE e ALVES, 2013](#)). A inserção de associações e cooperativas dentro das comunidades rurais auxilia no desenvolvimento da produção agrícola em razão de manter os pequenos produtores unidos em prol de um bem em comum, que consequentemente reflete na qualidade de vida dos seus associados. Todavia, não se pode afirmar que as condições vivenciadas atualmente pelas famílias no campo, no âmbito do cooperativismo, sejam satisfatórias no aspecto de igualdade de desfrutar de tais bônus, pois existem comunidades esquecidas pelos seus representantes, embora essa situação não seja uma abordagem em geral.

O estudo teve como objetivo analisar a realidade da agricultura familiar na perspectiva de uma família agrícola na comunidade tradicional da Ilha de Santana no município de Santana-AP, visando ampliar as informações no âmbito da discussão do papel da extensão rural para as comunidades rurais, bem como da importância da agricultura familiar dentro do contexto socioeconômico. Em paralelo, buscou-se analisar as condições de produção e beneficiamento do processo de fabricação de polpas de frutas pela a família em questão, visando diagnosticar os principais problemas enfrentados para realização de tal atividade na comunidade rural estudada. O interesse de compreender as estratégias econômicas e socioculturais da comunidade fundamenta-se na premissa de ampliar o debate sobre a realidade das pessoas que sobrevivem dessa atividade, pois o Estado do Amapá, uma vez que apresenta potencialidade de recursos naturais, pode investir em assistência técnica às famílias agrícolas que poderão contribuir para o fomento da economia interna.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado na ilha de Santana no município de Santana distante da capital Macapá cerca de 25 km. A área estudada possui extensão de 2.005,13 ha (00°04'00" S e 51°08'00" W) - (Figura 1), com uma população estimada em 113.854 habitante ([IBGE, 2016](#)).

Figura 1. Localização da área de estudo: Distrito da Ilha de Santana-AP



Fonte: Elaborado pelos autores.

Dentre as várias famílias agrícolas na comunidade, o estudo foi desenvolvido com apenas uma delas, sendo esta a mais antiga no que tange o desenvolvimento de atividades voltadas à agricultura. A família é composta por 36 pessoas dentre filhos(as), sobrinhos e netos, sendo que cada filho(a) possui suas respectivas famílias que vivem na propriedade do senhor Dioniso (patriarca da família) e cada base familiar desempenha suas atividades independentemente das outras. Logo, para o estudo considerou-se a amostragem de indivíduos total dessa família.

O estudo se deu por análise descritiva permitindo uma caracterização do problema da pesquisa em relação aos aspectos ambientais, sociais e econômicos, na percepção da família selecionada. O trabalho de campo para a coleta de dados foi realizado no período de agosto a novembro de 2014.

Os procedimentos metodológicos para levantamento de dados adotados levando em consideração o caráter descritivo da pesquisa, tornou-se essencial a utilização do método etnográfico, que usa basicamente procedimentos de campo comuns na pesquisa antropológica, pois é um método muito versátil, uma vez que se utiliza de várias técnicas, sendo possível assim, fazer as mais variadas abordagens de acordo com as diversas situações em que se possa estar envolvido na pesquisa, possibilitando assim estudar as características de grupos sociais, usando, como sugere [Gil \(1999\)](#) e [Silva et al. \(2013\)](#) a técnica da observação participante, entrevistas informais e entrevistas estruturadas participante com formulários.

Para obtenção dos dados foram realizadas entrevistas com o uso de um gravador juntamente com os indivíduos da família, cujo propósito foi relatar de forma fidedigna as dificuldades por eles enfrentadas no seu dia-a-dia no que tange os empecilhos para desenvolvimento da agricultura familiar no campo, assim como, obter informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, tendo como característica o investigador que se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação.

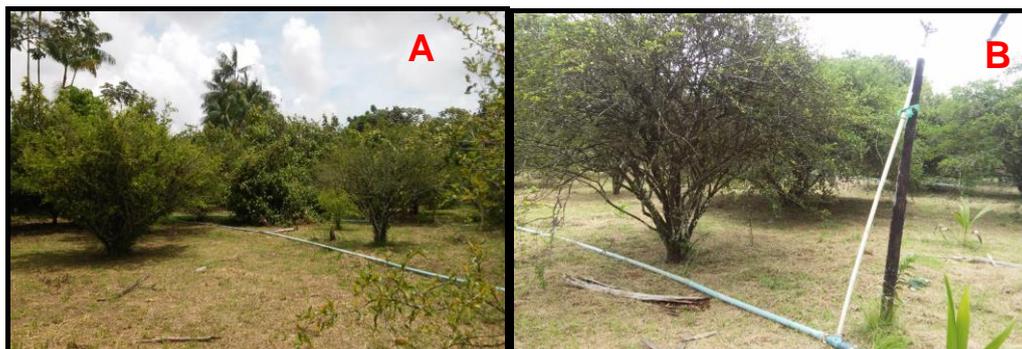
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo foi realizado com a família de um agricultor rural conhecido pelo nome de Dionísio (71 anos), sendo o mesmo um dos pioneiros na realização das atividades agrícolas na comunidade. Atualmente a família sobrevive da renda oriunda da produtividade de polpas de frutas, tais como: abacaxi, cupuaçu, goiaba, murici, taperebá, graviola e, principalmente, acerola.

Entretanto, antes mesmo do sucesso da venda de polpas, a família começou vendendo hortaliças (verduras e legumes). O motivo relatado por ele para a mudança de atividade está atrelado ao aumento da concorrência.

A família é composta por aproximadamente 36 pessoas, entre filhos, netos, noras e genros. A área de cultivo, segundo relatado, é de aproximadamente 10 hectares, sendo que na mesma há um consórcio de espécies frutíferas perenes e espécies de ciclo curto, mantida por meio de irrigação diária (Figura 2).

Figura 2. Descrição da área de cultivo



Fonte: Arquivo pessoal.

Notas: Em que (A): Sistema de irrigação; (B): Consórcio de acerola com espécies arbóreas e palmeiras (açai e coco).

Modo de produção e beneficiamento das polpas de frutas

O sistema de produção é de forma rudimentar. Os frutos são coletados manualmente, e transportados até os locais de beneficiamento (própria casa) dos produtores. Além disto, como observado *in locu* (Figura 3) não há nenhum acondicionamento adequado dos frutos, comprometendo dessa forma a qualidade final do produto.

Figura 3. Locais utilizados para condicionar os frutos até o processo de beneficiamento.



Fonte: Arquivo pessoal.

Notas: (C): Descascamento dos abacaxis pela agricultora Márcia Leão; (D): Abacaxi armazenado de forma imprópria (pátio); (E): Cupuaçu armazenado em bacia de alumínio

Percebe-se pelas imagens que a família é desprovida de conhecimento científico, e por essa razão têm dificuldade em executar atividades voltadas para um padrão de qualidade no tocante a obter produtos dentro das normas de segurança do alimento estabelecidos pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ([TOLENTINO e GOMES, 2009](#)).

Uma das justificativas apontadas pela família para essa situação é a falta de orientações técnicas por parte dos órgãos competentes, dos quais poderiam auxiliar os agricultores na forma mais adequada de armazenar os produtos in natura, visto que as técnicas empregadas são baseadas principalmente no conhecimento empírico dos agricultores. Segundo relatos dos produtores, este transtorno poderia ser evitado, caso a fábrica construída pela prefeitura estivesse funcionando. A mesma foi idealizada como forma de beneficiar a comunidade para otimização da produção de polpas, porém, já se passaram mais de 10 anos desde sua criação e até a presente data ela encontra-se fechada, o que tem gerado muita revolta e indignação aos produtores ([G1AP, 2014](#)).

Esta fábrica é constituída de grande espaço físico e como equipamentos adequados para a realização dos procedimentos de armazenamento e processamento das frutas, pois consta de uma cozinha industrial e túneis de congelamento com capacidade de 100 kilos/hora. Logo, evidencia-se que se essa usina de processamento de frutas estivesse em pleno funcionamento, os agricultores familiares teriam suas produções maximizadas, o que refletiria positivamente em suas rendas.

Entretanto outro fator que contribui para esse agravante é a falta de assistência técnica, em que, de acordo com os relatos do agricultor, o senhor Dionísio: “*Existe um técnico para atender toda a comunidade, mas ele vem uma vez ou outra, muito raro!*”. Dessa forma, percebe-se a negligência do poder público municipal de forma substancial no não atendimento das famílias rurais dessa localidade, indo contra a Política de Assistência da Técnica e Extensão Rural (Pnater), segundo a qual as famílias por direito deveriam receber o acompanhamento de um extensionista, onde o mesmo poderia desempenhar juntos às famílias seu papel de mediador das dificuldades vivenciadas pela comunidade e, por conseguinte, elaborar metodologias que contribuíssem para solucionar tais problemas.

Embora a família não detenha um conhecimento científico e não receba assistência técnica, a mesma realiza suas atividades com o máximo de cuidados em termos de fornecer um produto de boa qualidade aos consumidores. Esta afirmação baseou-se na avaliação do processo de produção (desde colheita dos frutos até a confecção da polpa) realizado pela família durante o período em que o estudo foi desenvolvido, sendo que para fundamentar essa avaliação utilizaram-se os critérios técnicos empregados por [Matta et al. \(2005\)](#), referente às etapas de produção das polpas. Dentre estas etapas menciona-se aquela que as pessoas envolvidas no processo de produção das polpas devem conhecer as técnicas de manipulação e cuidados higiênicos, tais como a lavagem e desinfecção das mãos antes das atividades e o uso de uniformes completos e limpos, sendo que este critério foi constatado in locu (Figura 5-H).

Em relação aos cuidados, citar os tratamentos silviculturais nos plantios das culturas de acerola – (*Malpighia puniceifolia* L.) e de cupuaçu – (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum) como capina, podas e aplicação de inseticidas no controle de pragas evitando prejuízos de ordem econômica. Pela falta de acompanhamento técnico, a quantidade de inseticidas utilizados é determinada pelo próprio agricultor, sendo aplicada a menor quantidade possível a fim de evitar a contaminação dos frutos.

Ressalta-se que as condições de trabalho, como observado na figura (4-C), expõe o pequeno produtor ao um nível de estresse elevado, pois o ambiente não é ideal para desempenhar tal atividade, uma vez que o trabalhador (a) está sujeito (a) a carga horária excessiva de serviços em condições de trabalho péssimo, na qual reflete na sua qualidade de vida, na produtividade e no rendimento econômico da família.

Outra dificuldade observada é quanto ao beneficiamento. A família possui só uma despulpadeira (Figura 5-G) sendo esta, por sua vez, utilizada pra todos os tipos de frutos em um espaço físico inadequado (20 m²) (Figura 5-H). Logo, tais obstáculos inviabilizam a produção em grande escala, levando mais tempo no processamento para a confecção da polpa. Atrelado a isto, verifica-se que, pela falta de tecnologia mais sofisticada, como uma embaladora industrial e maquinários, por exemplo, o desenvolvimento econômico da família caminha a passos lentos.

Figura 4. Etapas do beneficiamento das polpas e máquinas utilizadas no processo



Fonte: Arquivo pessoal.

Notas: Sendo: (F) – Embaladora manual; (G) – Despulpadeira; (H) – Espaço físico para o preparo das polpas; e (I) – Corte do fruto em pedaços para polpa.

Pela falta de recursos financeiros para ampliar a produção, os produtores rurais de polpas de frutas da Ilha de Santana não conseguem competir com outras regiões onde o mercado exige uma alta produtividade. E para alcançar uma produtividade acentuada, o

recomendável seria que os produtores reenvidincasse a abertura da fábrica de polpa em consonância com aberturas de cursos de capacitação em curto prazo, para que eles se habituasse com os procedimentos operacionais dentro da fábrica. Assim, provavelmente não aconteceria mais desperdício de matéria-prima no período de safra em campo, haja vista que com a abertura da indústria os agricultores poderiam otimizar a produção e comercializar em maior quantidade suas polpas no mercado consumidor local.

No entanto, isso não é uma medida meramente simples, pois requer a colaboração do poder público através dos profissionais das agências de extensão rural (Rurap) e Imap do governo local, além de técnicos ligados à Prefeitura do Município de Santana junto com os representantes dos Associados do Agricultores da Ilha de Sanatana, para que as exigências caracterizar-se de fato em ações concretas. Corroborando com esta afirmação [Freitas \(2008\)](#) explica que os problemas que limitam o desenvolvimento agrícola na Ilha de Santana não podem ser estudados somente pelos fatores que dizem respeito ao segmento agrícola, mas sim devem ser analisados de forma ampla a fim de diminuir as distorções existentes.

Toda a etapa do beneficiamento obedece alguns critérios, como por exemplo, a seleção dos frutos de maior qualidade; a assepsia da matéria-prima (frutos) por meio da lavagem em água corrente e também com uso de hipoclorito de sódio. Após processamento a polpa é obtida, e logo em seguida é envasada em sacos plásticos e armazenado em freezer doméstico (Figura 5-J) em temperatura que -20 ± 2 °C, conforme recomenda [Tolentino e Gomes \(2009\)](#).

Figura 5. Armazenamento de polpas



Fonte: Arquivo pessoal.

Notas: Onde (J): Os freezers domésticos; (K): Polpa de taperebá; (L): Polpa de acerola.

Vale frisar que a produção é feita em pequena escala (120 kg/dia), em virtude da capacidade do armazenamento dos freezers suportar uma determinada quantidade de polpas (Figura 5-K e 5-L), e por isso, não é realizada a produção em larga escala (800 a 1.000 kg/dia) por falta de espaço para acondicionar quantidade elevadas de polpas atreladas à falta de máquinas sofisticadas. Dessa forma, os produtores acabam sendo prejudicados, pois se a fábrica estivesse em pleno funcionamento à capacidade produtiva aumentaria, em razão dos mesmos encontrarem todo o suporte necessário para a execução de todas as etapas da produção. Logo, conforme relatado pelo agricultor Dionísio há um prejuízo entorno de 30% na sua renda mensal, em virtude das circunstâncias acima relatadas.

Nesse contexto, pode-se inferir que pela falta dessa porcentagem na renda mensal, os produtores encontram dificuldades em realizar a manutenção dos equipamentos, a compra de novos materiais (por serem muito onerosos), e ampliação e adequação dos seus espaços físicos, em razão da perda dos recursos financeiros pela capacidade produtiva limitada. Logo, uma alternativa que poderia reverter esta situação é a linha de crédito (Pronaf) disponibilizada pelo governo, só que na ilha de Santana poucas são de fato as famílias que recebem tal ajuda, pois para as mesmas terem acesso ao crédito é necessário apresentar juntamente aos bancos um projeto devidamente elaborado contendo as diretrizes exigidas pelos órgãos. O crédito rural tem importância como instrumento de política agrícola para o desenvolvimento do país, uma vez que estimula os investimentos rurais. Para [Padilha e Medeiros \(2010\)](#), o crédito rural possibilita a manutenção e a expansão dos padrões de produtividade alcançados pela agricultura brasileira, além de ter se constituído em uma fonte de estímulo à implantação e ao desenvolvimento de uma indústria interna de insumos e equipamentos agrícolas, e à formação de complexos agroindustriais hoje predominantes no país.

Nesse sentido, muitas famílias deixam de recorrer a este auxílio por não terem as informações e orientações necessárias para a elaboração do projeto em questão, percebe-se com isso que há um conjunto de fatores que contribuem com este agravante, dentre estes encontra-se a falta de conhecimento das famílias agrícolas sobre os programas federais; mesmo em um mundo globalizado, ainda há pessoas que não tem acesso à informação, principalmente aquelas localizadas em regiões isoladas; atrelado a isto, está à falta de políticas públicas e fiscalização dos órgãos competentes nas comunidades rurais visando verificar se de fato os profissionais capacitados (extensionistas) estão contribuindo com o seu papel dentro dessas comunidades no sentido de contribuir para o desenvolvimento das condições de sobrevivência e permanência dessas famílias nas áreas rurais. Este desenvolvimento perfaz um conjunto de iniciativas que ocasionam impactos na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, ampliando suas perspectivas de reprodução socioeconômica ([FREITAS et al., 2012](#)). Além disso, o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços associados a novos mercados e procura de formas para redução de custos a partir de outras tecnologias ([KAGEYAMA, 2004](#)).

Com o avanço das tecnologias nos moldes produtivos da agricultura, os produtores visam alcançar maior rentabilidade, visto que a mecanização permite ampliar as áreas cultivadas ou a escala de produção ([TEIXEIRA, 2005](#)). Evidencia-se que atualmente as famílias agrícolas em várias regiões brasileiras já introduziram os moldes de mecanização nas atividades do campo, entretanto, na comunidade da Ilha de Santana a atividade agroflorestal é basicamente rudimentar com predominância da força motriz manual. Esta disparidade na forma de produzir reflete em uma baixa rentabilidade e conseqüentemente

na qualidade de vida dos povos do campo, ocasionado que muitas famílias desistam da atividade e procure na cidade melhores condições de vida, processo este denominado de êxodo rural.

Nesse contexto, pode-se observar que as realidades das famílias agrícolas da Ilha de Santana se assemelham as condições da agricultura praticada pela maioria das famílias agrícolas brasileiras, em que a agricultura familiar vem perdendo espaço para o avanço de produções maiores e tecnificadas, pois conforme apontado por [Kitamura \(1994\)](#), [Ávila \(1992\)](#) e [Freitas \(2008\)](#) a baixa instrução dos camponeses pode ser um fator limitante na obtenção de financiamentos e busca de inovações tecnológicas, uma vez que poucos teriam condições de entender os contratos de financiamento e as normas bancárias, bem como, o repasse de tecnologias. Portanto, é sobre essa ótica que recai o papel fundamental dos extensionista rurais como representante da política da Ater, visando orientar e ajudar as famílias agrícolas no enfrentamento dos obstáculos em campo.

Em relação ao aspecto econômico a família em estudo tem conseguido sobreviver só com renda da comercialização da polpa das frutas (com renda mensal de R\$ 600 a R\$ 800 reais). É importante mencionar que conforme demonstrado na figura (5-J) há uma quantidade elevada de freezers a qual consomem uma parcela significativa de energia elétrica na residência do agricultor Dionísio, entretanto, a família em questão é isenta do imposto da conta de energia elétrica (em virtude das linhas de transmissão passar por dentro do terreno, e se caso houvesse algum rompimento de cabos de alta tensão poderia causar danos as árvores próximas, e conseqüentemente à família em estudo) (Figura 6). Nesse sentido, a família é beneficiada, sendo este um fator preponderante que faz com que a mesma continue exercendo a função da atividade de agricultura, caso contrário, se houvesse a cobrança dos impostos supracitados os mesmos já teriam desistido de exercerem tais atividades, pois seria destinada grande parte da renda só para pagar tal tributo.

Figura 6. Propriedade do senhor Dionísio, com destaque as linhas de tensão elétrica que passam pelo terreno (ao fundo na imagem)



Fonte: Arquivo pessoal.

De toda forma, verifica-se a real necessidade da sensibilização para com as famílias produtoras agrícolas nessa localidade, no que tange aos acessos aos programas como Pronaf, assim como, assistência técnica e extensão rural prevista pelo Pnater, haja vista a importância da comunidade da ilha de Santana, por desempenhar o papel de atender a uma demanda de consumidores em Macapá e Santana. De acordo com [Freitas \(2008\)](#) os produtores dessa localidade abastecem o mercado local por meio do fornecimento de polpas das espécies regionais, especialmente, o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), a gravioleira (*Anona muricata*), e taperebazeiro (*Spondias monbim*), as quais possuem a preferência do consumidor local. Desse modo, tem sido cada vez mais reconhecida a necessidade de diagnósticos participativos na condução de políticas públicas, visando o entendimento e o desenvolvimento do setor agrícola em comunidades.

Escoamento da produção

A produção da comunidade atende as feiras do município de Macapá e Santana, caracterizando-se como uma das principais produtoras e fornecedoras de polpas do Estado do Amapá. Contudo, os produtores encontram dificuldades para escoar a sua produção por dependerem de um único meio de transporte fluvial denominado “catraia” (barco de pequeno porte motorizado) para deslocamento dos produtos até ao município Santana (Figura 7-M).

Figura 7. Escoamento da produção de polpas



Fonte: Arquivo pessoal.

Notas: Sendo: (M) transporte fluvial saindo da comunidade até o porto em Santana; (N) transporte rodoviário em caminhões até as feiras municipais.

O transporte das polpas do local em que foram produzidas até o destino final é feita por meio de cubas de isopor, que de forma organizada recebe uma determinada capacidade volumétrica. Em virtude de alguns produtores morarem longe da saída principal da comunidade, conhecida por “rampa”, a prefeitura municipal disponibiliza um caminhão para que esse transporte seja realizado. No entanto, pelo fato do mesmo ser de porte pequeno e atender muitos produtores, alguns se veem na necessidade de utilizar um transporte particular para chegarem até as catraias.

Conforme o relato da família estudada existe uma catraia que realiza a travessia dos mesmos gratuitamente, pois foi disponibilizado pela prefeitura. No entanto, a sua capacidade de suporte não dá conta da demanda dos produtores, fazendo com que alguns agricultores deixem de usá-los e assim, optem em pagar para que outra catraia os

leve até o porto de Santana. Logo, esta é a situação pela qual a família frequentemente tem que passar para ir às feiras de Macapá e Santana, fazendo com que tenha pouca renda ao final do dia, pois eles tiram do próprio recurso para pagarem o transporte da ida e da volta. Ressalta-se que ao chegar ao município de Santana há outro caminhão (Figura 7-N) que auxilia no transporte dos produtores até o destino final, ou seja, as feiras municipais, sendo também cobrada uma taxa pelo uso do veículo.

Diante dessa realidade, constata-se que se houvesse interesse dos gestores públicos em ajudar as famílias agrícolas nessa localidade, provavelmente às chances de melhorias na qualidade da produção seriam maiores contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. De modo geral, no tocante a legalização do produto, observou-se que houve um apelo por parte da comunidade para a certificação dos mesmos, visto que o registro das polpas agregaria valores em sua comercialização bem como, daria reconhecimento para a comunidade e conseqüentemente atrairia a atenção do poder público para maior investimento econômico local.

Dessa forma, percebe-se a falta de políticas públicas que levem à melhoria na vida dos pequenos produtores rurais, assim como, lhes forneça direito de ser respeitado, pois quando se fala em agricultura e agronegócio, se pensa *a priori* na produção em larga escala, de modo que as atividades voltadas para a agricultura familiar, ainda são deixadas em segundo plano. Como existem várias famílias agrícolas nessa comunidade rural houve a necessidade da criação de uma Associação dos Agricultores da Ilha de Santana (Aagriis), sendo esta, por sua vez, a que em tese deveria oferecer estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo. Mas, segundo relatos da família isso só fica no papel sendo esquecida pela atuação gestão da cooperativa.

Em relação ao potencial da localidade para o aumento da produtividade, se deve mais aos esforços individuais de cada agricultor, ao invés das ações da Aagriis. É notório que por falta de conhecimento esses associados acabam sendo lesados, pois não compreendem o real papel de uma cooperativa e quais suas atribuições para o bem de todos. Essa questão das atribuições da cooperativa será mais bem elucidada em um tópico específico a seguir. Em suma, tanto o poder público quanto a própria cooperativa dos associados não contribuem para a potencialização da agricultura familiar nessa localidade, principalmente dentro da perspectiva de desenvolvimento local.

O caso da cooperativa da Ilha de Santana

A Cooperativa de Produtores Rurais da Ilha de Santana possui 35 associados conforme informado por Márcia Leão, umas das associadas (nora do senhor Dionísio). A família como um todo informou que não existe uma gestão democrática pelo atual gestor da cooperativa, sendo esta a ideologia compartilhada pelos demais associados. Um dos questionamentos levantados por Márcia é o porquê da retirada da catraia e do caminhão que os levavam à Feira Municipal de Santana nos sábados, pois se os mesmos quiserem trabalhar neste dia, são obrigados a pagar as taxas de transporte (a ida e a volta da catraia e do caminhão) até a feira, o que para eles não compensaria, em razão do lucro obtido na venda não cobrir tais gastos, como já discutido anteriormente.

Ainda conforme relatado por Márcia a atual gestão se auto beneficia estando a frente da presidência da cooperativa a mais de 7 anos, sendo que durante esse tempo os associados não tiveram nenhuma melhoria em relação a produtividade, assim como,

acessos aos programas assistências. Lembrando que cada membro paga uma taxa adicional mensalmente no valor de 10 reais, recurso este a qual deveria de fato ser aplicado com intuito de trazer benefícios aos associados.

Outra reivindicação é com relação à fábrica de polpas, conforme relatado por Márcia: “Para muitos representantes, a fábrica está funcionando, mas para nós que precisamos, ela está parada!”. Vale frisar, que os recursos destinados para a manutenção, adequação e funcionamento da fábrica estão sendo encaminhados constantemente aos órgãos municipais na qual deveriam repassar para os representantes legais que administram a mesma, a saber: Cooperativa de Produtores Rurais da Ilha de Santana e Associação dos Agricultores de Santana, mas segundo os associados este recurso não está sendo investido no local (Figura 8).

Figura 9. Fábrica de beneficiamento de polpas de frutas da Ilha de Santana-AP



Fonte: Arquivo pessoal.

Há bastante tempo que as famílias agrícolas da Ilha de Santana esperam o funcionamento da fábrica, pois criasse uma expectativa é de agregar valor ao produto, principalmente com o selo do Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, a ser proporcionado pela abertura e funcionamento da mesma ([FREITAS, 2008](#)), na qual credenciaria os agricultores a vender seus produtos ao comércio em geral (supermercados, atacadistas, etc.), além de benefícios como potenciais fornecedores para as instituições escolares da rede pública (merenda escolar). Convém lembrar, que esta unidade de produção foi criada em 2003 com investimento do governo do estado, mas para a infelicidade dos produtores ela não atendeu suas expectativas, pois sempre esteve impendida por falta de condições operacionais, como por exemplo, local específico de destino dos resíduos em potenciais do despulpamento das frutas, bem como não houveram planejamento para fornecimento de água de boa qualidade para ser usado na fabricação das polpas.

Em suma, ressalta-se que a fábrica em questão já passou por duas reformas desde sua criação e deveria estar funcionando, mas segundo os produtores a mesma entrou em funcionamento uma única vez, em um período de menos de dois meses onde houve paralisação por não adequação do cumprimento das normas da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Mapa, pois ainda não havia um local específico para armazenamento e tratamento dos resíduos, e também da qualidade da água utilizada na preparação dos produtos, assim como, pela falta de equipamentos para o armazenamento da polpa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou intensificar os debates em torno das relações do cooperativismo, extensão rural e a agricultura familiar. De modo geral, foi possível observar que agricultura familiar ainda é tratada de maneira irrisória no estado do Amapá. No entanto, é preciso que haja mais atuação por parte dos órgãos responsáveis por meio de políticas públicas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar, tendo como princípios alguns aspectos relacionados à gestão, respeito à filosofia cooperativa, escassez de mão de obra, capacitação e inovação.

Com o intuito de melhoria para a comunidade sugerem-se: assembleias com a participação de todos os associados para expor suas opiniões em prol de uma melhoria no processo de produção, assim como, fazer eleição de caráter emergencial para escolhas de novos perfis que de fato represente o interesse da comunidade; e a retomada das atividades na fábrica de polpa.

Além disso, a capacidade de inovar e/ou alterar os sistemas produtivos, de reformular as estratégias de trabalho, de diversificar a produção para agregar valor e renda e a possibilidade de ter acesso aos programas assistências como Pronaf, estão pouco presentes na comunidade da Ilha de Santana, fato que colabora para a dificuldade do desenvolvimento local.

Desta forma, a principal limitação deste trabalho é que os resultados encontrados não podem ser generalizados. Porém, sugerem-se outras pesquisas com um número maior de famílias agrícolas, visando traçar um perfil mais detalhado acerca da realidade dessas comunidades rurais, como meio de debates mais pertinentes para melhoria na qualidade de vida desses pequenos produtores rurais.

Portanto, as discussões aqui apresentadas servem como reflexão e também como subsídio para a realização de novos estudos que visem à melhoria e o respeito das famílias agrícolas tradicionais brasileiras.

Submetido em 04/03/2016

Aceito em 21/11/2018

REFERÊNCIAS

[ANDRADE, M. C., ALVES, D. C.](#) Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **RAIMED - Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, 3(3), p. 194-208, 2013.

[ÁVILA, M.](#) The economics of agroforestry systems. In: SULLIVAN, G.M.; HUKE, S.M.; FOX, J.M. (ed.). *Financial and Economic Analyses of Agroforestry Systems*. Paia, Hawaii, 1992. p. 77-91.

[FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M.](#) Mudanças conceituais de desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. In: **Revista Administração Pública**. vol. 6. nº. 46. p. 1575-97, nov./dez. Rio de Janeiro. 2012.

[FREITAS, J. L.](#) **Sistemas agroflorestais e sua utilização como instrumento de uso da terra: O caso dos pequenos agricultores da ilha de Santana, Amapá, Brasil.** 2008. 247 f.

Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém-PA, 2008.

G1 AMAPÁ. **Ilha de Santana é um dos maiores produtores de polpa de frutas do Amapá**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/bom-dia-amazonia/videos/v/ilha-de-santana-e-um-dos-maiores-produtores-de-polpa-de-frutas-do-amapa/3803804/>. Acesso em: 28 dez. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C. R.; ICHIHARA, S. M. **A participação da agricultura familiar no PIB do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 208 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Censo demográfico do Amapá. 2016. Macapá: IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=1600602010>. Acesso em: 28 dez. 2018.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília-DF, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

KITAMURA, P. C. **Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1994, 182p.

LIMA, I. S. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1-9, 2006.

MATTA, V. M.; FREIRE-JÚNIOR, M.; CABRAL, L. M. C.; FURTADO, A. A. L. **Polpa de fruta congelada**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 35p.

PADILHA, W.; MEDEIROS, M. C. As mudanças recentes no crédito rural e a dinâmica regional da agricultura brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre-RS, 2010. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2010.

SILVA, R. B. L.; FREITAS, J. L.; SANTOS, J. U. M.; SOUTO, R. N. P. Caracterização agroecológica e socioeconômica dos moradores da comunidade quilombola do Curiaú, Macapá-AP, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 3, n. 3, p. 113-138, 2013.

SIMOES, G. **Ater**. 2015. Disponível em: <http://geraldosimoos1330.com.br/docs/Ater.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas v. 2, n. 2, 2005. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1339/854> Acesso em 28 dez 2018.

TOLENTINO R. V.; GOMES, A. **Processamento de vegetais: frutas/polpa congelada**. Niterói-RJ, 2009. (Manual técnico, 12, Programa Rio Rural).